



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

INTRODUÇÃO

1. Este Relatório refere-se à Auditoria Independente prevista na Cláusula 5.03, das Disposições Especiais, e no Artigo 8.04, das Normas Gerais, do Contrato de Empréstimo nº 3397/OC-BR. O objeto da Auditoria é auferir a aplicação dos recursos do PROJETO DE EXPANSÃO E MELHORIA EDUCACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE MANAUS – PROEMEM financiados pelo BID e pela contrapartida da Prefeitura Municipal de Manaus, relativos ao exercício de 2019.
2. O Mutuário responsável pela aplicação dos recursos do Contrato de Empréstimo perante o BID é o Município de Manaus, que, de comum acordo entre as partes, criou a Unidade Gestora do Programa – UGP/PROEMEM, órgão executor do Projeto e está vinculada à Secretaria Municipal de Educação – SEMED e foi instituída através da Lei nº 2.230 de 04 de julho de 2017, sendo composta por uma equipe de 14 (quatorze) pessoas, abaixo segue a descrição das atividades a serem exercidas por cada cargo.

Objetivos do Projeto de Expansão e Melhoria da Qualidade da Rede Municipal de Educação

3. O Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública Municipal de Manaus – PROEMEM tem como objetivo geral expandir a cobertura e melhorar a qualidade da Educação Infantil e do Ensino Fundamental na rede municipal de Manaus, sendo parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.
4. Esta iniciativa possibilitará a abertura de mais 5.500 vagas na educação infantil e de 1.000 vagas em creches, ao mesmo tempo em que melhorará a qualidade da educação nos níveis infantil e fundamental e fortalecerá a capacidade de gestão da Secretaria Municipal de Educação.
5. O programa também apoiará a melhoria da qualidade da educação fundamental com a elaboração e implantação de programas de aceleração da aprendizagem por meio de reforço escolar para alunos com resultados acadêmicos mais baixos.

Recursos envolvidos

6. O custo total do Programa foi fixado em US\$ 104.000.000,00 (Cento e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América). O BID financiará US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América) e a contrapartida do Município de Manaus foi fixada em quantia equivalente a US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).
7. De acordo com os registros do Sistema de Gerenciamento do PROEMEM, foram desembolsados pelo BID ao Programa, até 31/12/2019, US\$ 16.067.224,07 e US\$ 6.066.976,96 de contrapartida do Município de Manaus.



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

Metodologia

8. Para a execução da Auditoria foram definidas as questões de auditoria e utilizadas às técnicas da Entrevista, do Exame Digital de Documentos, da Análise de Sistemas de Informação, da Circularização e da Verificação *In Loco*.
9. Os exames foram feitos de acordo com as Normas de Auditoria, através do planejamento dos trabalhos, da análise de documentos, da constatação de evidências, avaliação das práticas e das estimativas contábeis adotadas pela Administração, e com a triangulação dos check-lists financeiro, contábil, patrimonial, de controle interno, aquisições, obras e jurídico.

Perfil da equipe de Auditoria

10. Foram designados para apresentar os resultados dos exames realizados na gestão do Projeto de Expansão e Melhoria da Qualidade da Rede Municipal de Educação - PROEMEM, exercício 2019, Quatro Auditores Técnicos de Controle Externo, dentre os quais com formação nas áreas contábil, engenharia da computação, engenharia civil e Administração.

Resultado da Auditoria

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras anexas do Projeto de Expansão e Melhoria da Qualidade da Rede Municipal de Educação - PROEMEM, que compreendem a Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2019 e a Demonstração de Investimentos Acumulados para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, correspondentes ao Programa, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº 3397-OC/BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes da Prefeitura de Manaus, em atendimento ao disposto na Cláusula 5.01, das Disposições Especiais e 8.04 das Normas Gerais, do referido Contrato de Empréstimo.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e os pagamentos do Programa em 31 de dezembro de 2019, de conformidade com o critério contábil de caixa descrito na Nota (02).

Base para opinião com ressalva

11. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com os estabelecidos no Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Amazonas, que estão baseados nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs, por sua sigla em inglês), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), que são convergentes – com as adequações de concordância – com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA, por sua sigla em inglês), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), e requerimentos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

seguir, intitulada “*Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras*”. Somos independentes em relação ao Programa, de acordo com os princípios éticos relevantes para nossa auditoria de demonstrações financeiras previstos no Código de Ética deste Tribunal de Contas e da INTOSAI, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

12. Foram realizados todos os procedimentos legais para a realização das visitas Técnicas necessárias à Auditoria do Programa, mas em razão dos fatos abaixo descritos, não foi possível realizá-los:
13. Em razão da Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);
14. Considerando que o Ministério da Saúde, por intermédio da Portaria nº 188/2020, publicada no Diário Oficial da União de 4 de fevereiro de 2020, resolveu declarar Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);
15. Considerando que a Organização Mundial de Saúde, em 11 de março de 2020, declarou a infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) como Pandemia, significando o risco potencial de a doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificadas como de transmissão interna;
16. Considerando a necessidade de maior restrição do contato físico interpessoal no ambiente de trabalho, em favor do isolamento social, imprescindível à redução do contágio do COVID-19;
17. Considerando a declaração nacional de calamidade pública na saúde pelo Congresso Nacional, como medida de prevenção e combate à propagação de casos de contaminação pelo COVID-19;
18. Considerando que o País ainda se encontra em situação incipiente do desenrolar da pandemia e que suas consequências sanitárias ainda não podem ser claramente delineadas, com o avanço do contágio e de óbitos;
19. Considerando as Portarias N.º 154/2020-GP – TCE – AM, de 13 de março de 2020. 157/2020-GP, de 19 de março de 2020; Portaria nº 163/2020-GP, de 02 de abril de 2020, Portaria nº 168/2020 - GP, de 17 de abril de 2020; Portaria nº 177/2020-GP, de 30 de abril de 2020, Portaria nº 183/2020-GP, de 15 de maio de 2020; PORTARIA nº 191/2020-GP, de 29 de maio de 2020; Portaria nº 196/2020-GP, de 16 de junho de 2020; Portaria nº 208/2020-GP, de 07 de julho de 2020; Portaria nº 224/2020-GP, de 27 de julho de 2020, as quais suspenderam as atividades presenciais e prazos do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas durante a vigência das medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), considerando a classificação de Pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS);



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

20. Considerando que o Prazo para a Entrega do Relatório de Auditoria dos Programas Financiados pelo BID, está fixado para o dia 13 de Agosto de 2020, e que o prazo de suspensão das atividades desta Corte de Contas está previsto até o dia 19 de Agosto de 2020;
21. Considerando ainda, que não foi possível realizar as visitas técnicas necessárias à Auditoria das Demonstrações Financeiras do Projeto de Expansão e Melhoria da Qualidade da Rede Municipal de Educação - PROEMEM, principalmente no que diz respeito à Execução de Obras de Engenharia.
22. **Parágrafo(s) de ênfase(s) e outros assuntos:** Sem modificar a nossa opinião, chamamos atenção para os seguintes:

Ênfase

23. Recomendamos que no ano posterior, sejam verificadas as Obras de Engenharia, referentes aos Exercícios de 2019 e 2020, para que não haja comprometimento, ou até mesmo o prazo de entrega sejam restabelecidos de acordo com o retorno das atividades presenciais desta Corte de Contas.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

24. A administração do PROEMEM é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com o critério contábil de caixa descrita na Nota (2), o qual inclui determinar que o critério de caixa constitui uma base contábil aceitável para a preparação das demonstrações financeiras nas circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os recursos (incluindo o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pelo Programa e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa).
25. Os responsáveis pela governança do Programa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras do Programa.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

26. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

27. Como parte da auditoria realizada de acordo com o Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, que estão baseados nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do PROEMEM.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos subjacentes de forma a alcançar a apresentação adequada.
28. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Relatório sobre outros requisitos legais e/ou regulatórios

29. Há evidências de possível descumprimento parcial da Cláusula 3.01, Disposições Especiais, pelo pagamento de serviços de Engenharia não executados, quando a legislação nacional também proíbe tal prática. O detalhamento desta não conformidade está registrado no “Relatório dos Auditores Independentes sobre as Obras e Serviços de Engenharia”.
30. Não foram verificadas outras situações de descumprimento das cláusulas contratuais do Contrato de Empréstimo nº 3397/OC-BR, considerando que a auditoria físico-documental sobre algumas cláusulas quedou-se prejudicada.

Manaus, 04 de Agosto de 2020

JOSÉ RAIMUNDO MAQUINÉ JÚNIOR
ATCE – Auditoria Governamental
Mat. 001.810-4A (Demonstrações Financeiras)



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

MÁRIO AUGUSTO TAKUMI SATO
ATCE – Auditoria Governamental
Mat. 001.889-9A (Controle Interno)

FERNANDO HENRIQUE DE VASCONCELOS DIAS BALIEIRO
ATCE – Obras Públicas
Mat. 001.932-1A (Obras)

LINDOBERTO QUEIROZ DOS SANTOS
ATCE – Auditoria Governamental
Mat. 001.814-7A (Aquisições)

Luciano Plentz Russo
Auditor Técnico de Controle Externo
Mat. 001.936-4A



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

1. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS

Ao Coordenador Executivo da Unidade Gestora do PROEMEM

Projeto de Expansão e Melhoria da Qualidade da Rede Municipal de Educação - PROEMEM

1.1 RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com o critério contábil de caixa descrita no item 02 das Notas Explicativas, o qual inclui determinar que o critério de caixa constitui uma base contábil aceitável para a preparação das demonstrações financeiras nas circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os recursos (incluindo o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pelo Programa e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa).
32. Os responsáveis pela governança do Programa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras do Programa.

1.2 RESPONSABILIDADE DO AUDITOR

33. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
34. Como parte da auditoria realizada de acordo as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
 - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Secretaria.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos subjacentes de forma a alcançar a apresentação adequada.

35. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

1.3 DA AMOSTRAGEM REALIZADA PELA COMISSÃO

36. A amostragem é a utilização de um processo para obtenção de dados aplicáveis a um conjunto, denominado universo ou **população**, por meio do exame de uma parte desse conjunto denominada **amostra**.
37. A equipe de auditoria considerou que a amostra selecionada teve relação direta com o volume de transações realizadas pela entidade na área ou na transação objeto do exame, como também com o efeito na posição patrimonial e financeira da entidade e o resultado por ela obtido no período.
38. O tipo de amostragem utilizada pela Comissão, quando da análise documental foi a população **estratificada por valor monetário**, permitindo que o trabalho de auditoria fosse direcionado para os itens de valor maior.
39. Importante ressaltar que a estratificação é o processo de dividir uma população em subpopulações, cada qual contendo um grupo de unidades de amostragem com características homogêneas ou similares. Esse tipo de amostragem foi essencial na análise dos documentos e quando da emissão da Conclusão da Auditoria, uma vez que permitiu que a equipe direcionasse os esforços de auditoria para os itens que continham maior potencial de erro, por exemplo, as medições de engenharia pagas e reconhecidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para detectar distorções relevantes entre o serviço realizado e o valor pago.



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

DO LIMITE DE DISTORÇÃO TOLERÁVEL

40. Uma das grandes preocupações de uma Auditoria é a possibilidade de ocorrência do chamado “erro amostral” que nada mais é do que a diferença entre o valor obtido no processo de amostragem e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar.
41. Diante disso, a equipe de auditoria adotou o modelo de Distorção Tolerável (testes de detalhes), onde **ficou definido o percentual de 3% (três por cento) do valor total de amostra como erro monetário máximo** na classe de transações analisadas.
42. Em termos financeiros, a amostra total foi de **U\$ 3.117.320,16**.
43. Nesse diapasão, aplicando a fórmula da Distorção Tolerável, encontramos o valor de **U\$ 93519,60**, conforme se verifica pelos cálculos abaixo:

Cálculo da Distorção Tolerável

| Seq. | Descrição | Valor (U\$) |
|-------------|--|---------------------|
| 1 | Contratos e Aquisições | 2.686.132,27 |
| 2 | Juros e Comissão de Crédito | 431.187,89 |
| 3 | Total | 3.117.320,16 |
| 4 | Limite de Tolerância (3%) do item 3 | 93.519,60 |

1.3 OPINIÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE OS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS BÁSICOS

44. Examinamos as demonstrações financeiras anexas da Unidade Gestora, que compreendem a Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2019 e a Demonstração de Investimentos Acumulados para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, correspondentes ao PROEMEM, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº 3397/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes da Prefeitura Municipal de Manaus, em atendimento ao disposto na Cláusula 5.01, das Disposições Especiais e 8.04 das Normas Gerais, do referido Contrato de Empréstimo.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e os pagamentos do Programa em 31 de dezembro de 2020, de conformidade com o critério contábil de caixa descrito na Nota (02).

A. AQUISIÇÕES

45. A respeito das Aquisições realizadas no Exercício de 2019, no que diz respeito à amostra de auditoria, podemos afirmar que foram realizadas dentro das Políticas para Aquisição de Bens e contratação de obras Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento GN-2349-9



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

e as Políticas para Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento GN-2350-9.

Manaus, 04 de Agosto de 2020.

JOSÉ RAIMUNDO MAQUINÉ JÚNIOR
ATCE – Auditoria Governamental
Mat. 001.810-4A (Demonstrações Financeiras)

LINDOBERTO QUEIROZ DOS SANTOS
ATCE – Auditoria Governamental
Mat. 001.814-7A (Aquisições)



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

Anexo 01 – Demonstração de Fluxos de Caixa



Empréstimo : 3397-OC/BR
 Mutuário : Município de Manaus
 Programa : Projeto de Expansão e Melhoria da Qualidade da Rede Municipal de Educação - PROEMEM

27/02/2020

Página: 1 de 1

Demonstração de Fluxo de Caixa
Período Referência: 2º Semestre 2019
Período não encerrado, sujeito à alterações
Taxa de câmbio: R\$ 4,03010

US\$

| Descrição | PERÍODO TERMINADO EM 31/12/2019 | | | PERÍODO TERMINADO EM 2018 | | |
|--|---------------------------------|---------------------|----------------------|---------------------------|---------------------|----------------------|
| | BID | LOCAL | TOTAL | BID | LOCAL | TOTAL |
| RECURSOS RECEBIDOS | | | | | | |
| Acumulado no início do período | 6.067.224,07 | 5.286.991,67 | 11.354.215,74 | 1.067.224,07 | 4.738.618,63 | 5.805.842,70 |
| Durante o período - Sub total | 10.000.000,00 | 779.985,29 | 10.779.985,29 | 5.000.000,00 | 548.373,04 | 5.548.373,04 |
| Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pagto diretos - BID) | 10.000.000,00 | 1.062.752,56 | 11.062.752,56 | 5.000.000,00 | 455.835,76 | 5.455.835,76 |
| | | -455.835,76 | -455.835,76 | | | |
| Rendimentos de aplicação financeira | | 265.707,94 | 265.707,94 | | 92.639,45 | 92.639,45 |
| | | -92.639,45 | -92.639,45 | | -102,17 | -102,17 |
| Outros (detalhar) | | | | | | |
| Total Recursos Recebidos | 16.067.224,07 | 6.066.976,96 | 22.134.201,03 | 6.067.224,07 | 5.286.991,67 | 11.354.215,74 |
| DESEMBOLSOS EFETUADOS | | | | | | |
| Acumulado no início do período | 1.366.916,05 | 5.194.352,22 | 6.561.268,27 | 667.224,07 | 4.738.516,46 | 5.405.740,53 |
| Durante o período - Sub total | 11.081.744,72 | 606.916,80 | 11.688.661,52 | 699.691,98 | 455.835,76 | 1.155.527,74 |
| Solicitacao/justificativa de desembolso apresentada ao BID | 8.490.165,06 | 720.854,99 | 9.211.020,05 | 342.913,40 | | 342.913,40 |
| Pgtos por Bens e Serviços Pendentes de Comprovação/ Justificativa | 2.948.358,24 | 341.897,57 | 3.290.255,81 | 356.778,58 | 455.835,76 | 812.614,34 |
| | | -356.778,58 | -455.835,76 | | | |
| Outros (detalhar) | | | | | | |
| Total Desembolsado | 12.448.660,77 | 5.801.269,02 | 18.249.929,79 | 1.366.916,05 | 5.194.352,22 | 6.561.268,27 |
| SALDO DISPONÍVEL | 3.618.563,30 | 265.707,94 | 3.884.271,24 | 4.700.308,02 | 92.639,45 | 4.792.947,47 |

Adriano Santos Monteiro
 Coordenador Executivo
 UGP/PROEMEM

JEAN CAIO DE SOUZA CARVALHO
 Chefe da Divisão de Finanças
 UGP/PROEMEM



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

Anexo 02 – Demonstração de Investimentos Acumulados

Página: 1 de 1
Data de Impressão: 27/02/2020



Empréstimo : 3397-OC/BR
Mutuário : Município de Manaus
Programa : Projeto de Expansão e Melhoria da Qualidade da Rede Municipal de Educação - PROEMEM

Demonstração Investimentos Acumulados
Período Referência: 2º Semestre 2019

US\$

| Conceito | Orçamento Vigente | | | Acumulado até Exercício 2018 | | | Movimento do Exercício 2019 | | | Acumulado até Exercício 2019 | | | Orçamento a Realizar | | |
|--|-----------------------|----------------------|----------------------|------------------------------|---------------------|---------------------|-----------------------------|-------------------|----------------------|------------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Total Projeto | BID | Contrap. | BID | Contrap. | TOTAL | BID | Contrap. | TOTAL | BID | Contrap. | TOTAL | Total Projeto | BID | Contrap. |
| 01 - Expansão da cobertura da Educação Infantil e Ensino Fundamental | 63.380.000,00 | 41.000.000,00 | 22.380.000,00 | 136.067,93 | 455.835,76 | 591.503,69 | 9.744.517,24 | 967.314,91 | 10.711.832,15 | 9.880.585,17 | 1.423.150,67 | 11.303.735,84 | 52.076.264,16 | 31.110.414,83 | 20.956.849,33 |
| 02 - Melhoria da qualidade da educação | 26.260.000,00 | 6.390.000,00 | 19.870.000,00 | 627.300,40 | 328.668,03 | 955.968,43 | 901.231,13 | 341.897,57 | 1.243.128,70 | 1.528.531,53 | 668.565,60 | 2.197.097,13 | 24.062.902,87 | 4.861.468,47 | 19.201.434,40 |
| 03 - Gestão, monitoramento e avaliação | 8.030.000,00 | 2.770.000,00 | 5.260.000,00 | 491.312,72 | 4.411.848,43 | 4.903.161,15 | 364.475,02 | -702.295,68 | -337.820,66 | 855.787,74 | 3.709.552,75 | 4.565.340,49 | 3.464.859,51 | 1.914.212,26 | 1.550.647,25 |
| 04 - Administração do Projeto | 6.330.000,00 | 1.840.000,00 | 4.490.000,00 | 112.235,00 | | 112.235,00 | 71.521,33 | | 71.521,33 | 183.756,33 | | 183.756,33 | 8.146.243,67 | 1.656.243,67 | 4.490.000,00 |
| Totais | 104.000.000,00 | 52.000.000,00 | 52.000.000,00 | 1.366.916,05 | 5.194.352,22 | 6.561.268,27 | 11.081.744,72 | 606.916,80 | 11.688.661,52 | 12.448.660,77 | 5.801.269,02 | 18.249.929,79 | 85.750.070,21 | 39.551.339,23 | 46.198.730,98 |
| Porcentagens | 100,00 | 50,00 | 50,00 | 20,83 | 79,17 | 100,00 | 94,81 | 5,19 | 100,00 | 68,21 | 31,79 | 100,00 | 100,00 | 46,12 | 53,88 |


Adriano Santos Monteiro
Coordenador Executivo
UGP/PROEMEM


JEAN CAIO DE SOUZA CARVALHO
Chefe da Divisão de Finanças
UGP/PROEMEM



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

Anexo 03 – Notas Explicativas

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS
PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO - PROEMEM
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: BID 3397 – OC/BR
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO
PROGRAMA
(Valores expressos em dólares norte americanos)

1. Descrição do Programa

O Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública Municipal de Manaus – PROEMEM tem como objetivo geral expandir a cobertura e melhorar a qualidade da Educação Infantil e do Ensino Fundamental na rede municipal de Manaus, sendo parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Esta iniciativa possibilitará a abertura de mais 5.500 vagas na educação infantil e de 1.000 vagas em creches, ao mesmo tempo em que melhorará a qualidade da educação nos níveis infantil e fundamental e fortalecerá a capacidade de gestão da Secretaria Municipal de Educação.

O PROEMEM irá construir aproximadamente 11 (onze) Centros Municipais de Educação Infantil - CMEI e 11 (onze) Escolas Municipais de Ensino Fundamental – EMEF, além de 7 (sete) creches, que contribuirão para substituir escolas que utilizam instalações alugadas e em más condições.

O programa também apoiará a melhoria da qualidade da educação fundamental com a elaboração e implantação de programas de aceleração da aprendizagem por meio de reforço escolar para alunos com resultados acadêmicos mais baixos.

O projeto Inclui os seguintes componentes:



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

COMPONENTE 1 - EXPANSÃO DA COBERTURA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

O objetivo desse componente é expandir a cobertura da Educação Infantil e do Ensino fundamental, ampliando e melhorando a infraestrutura escolar. Este componente financiará aproximadamente: (i) a construção de 7 creches, 11 Centros municipais de Educação Infantil (CEMEI) e 11 Escolas Municipais de EF, substituindo escolas alugadas em piores condições e criando novas vagas que permitirá aumentar a oferta pré-escolar em cerca de 5.500 vagas e a oferta de creches em aproximadamente 1.000 vagas, buscando a universalização da cobertura de Educação Fundamental; (ii) a aquisição de equipamento e mobiliário para as unidades escolares no âmbito do Projeto; e (iii) a contratação de serviços de supervisão de obras.

COMPONENTE 2 - MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

O objetivo desse componente é melhorar o desempenho dos alunos da rede e EI e EF. Este componente financiará: (i) o desenho e a implementação dos programas de aceleração da aprendizagem e do reforço escolar com o apoio do Instituto Ayrton Senna para os alunos com maior distorção idade/ano e com pior resultado acadêmico, respectivamente; (ii) o apoio ao redesenho dos concursos para seleção de novos professores, assim como a revisão do estágio probatório pelo qual passam os professores contratados por meio do sistema de “coaching” e a implementação dos processos de avaliação destes; (iii) revisão do processo de seleção de formadores da SEMED, responsáveis pela capacitação dos professores e gestores da rede municipal e atividades de formação e capacitação dos profissionais de educação; (iv) projetos escolares para a melhoria do desempenho educacional e da gestão escolar, selecionados por meio de um fundo competitivo de projetos.



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

COMPONENTE 3 – GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O objetivo desse componente é fortalecer a capacidade da SEMED para gerir a rede educacional. Para tanto, financiará atividades vinculadas: (i) à implementação de novos processos de avaliação, certificação e seleção de gestores; (ii) à implementação do sistema de Avaliação do Desempenho Educacional de Manaus (SADEAM), o qual terá três módulos: (a) um de rendimento escolar (ARE), baseado nos resultados do Sistema Estadual de Avaliação do Estado do Amazonas (SADEAM), ao qual a SEMED aderirá; (b) um representado por um índice de Avaliação da Gestão Escolar (AGE); e (c) um de desenvolvimento e implantação de um sistema de monitoramento da qualidade da EI; (iii) ao desenvolvimento de uma estratégia de articulação e relação com o setor privado e com a sociedade civil; e (iv) ao desenho e implementação das avaliações de processo e dos impactos gerados pelo Projeto.

COMPONENTE 4 - ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO

A fim de dotar a SEMED de capacidade para executar o Projeto, este componente financiará: (i) o funcionamento da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP); e (ii) a aquisição de bens, ac contratação de serviços e de serviços de consultoria par apoio à gestão do Projeto.

CUSTOS

O custo total do Projeto é de US\$ 104.000.000,00 sendo US\$ 52.000.000,00 financiados com recursos do banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e US\$ 52.000.000,00 financiados com recursos de contrapartida local, conforme tabela abaixo:



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

| Descrição | BID | Local | Total | % |
|--|------------|------------|-------------|-------|
| COMPONENTE 1 - EXPANSÃO DA COBERTURA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL | 41.000.000 | 22.380.000 | 63.380.000 | 60,94 |
| COMPONENTE 2 - MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO | 6.390.000 | 19.870.000 | 26.260.000 | 25,25 |
| COMPONENTE 3 - GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO | 2.770.000 | 5.260.000 | 8.310.000 | 7,72 |
| COMPONENTE 4 - ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO | 1.840.000 | 4.490.000 | 6.330.000 | 6,09 |
| TOTAL | 52.000.000 | 52.000.000 | 104.000.000 | 100 |

HISTÓRICO

A Operação de Crédito do Projeto foi autorizada pelo Senado Federal, por meio da Resolução nº 007/2017, mediante parecer prévio da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e Ministério da Fazenda, figurando o Governo Federal como garantidor da operação.

O Contrato de Empréstimo nº 3397/OC-BR, foi celebrado no dia 14 de julho de 2017 entre o Município de Manaus e o Banco Interamericano de Desenvolvimento estando o mesmo elegível em 24 de novembro de 2017 para a execução do Projeto que consiste na expansão da cobertura e melhoria da qualidade do ensino infantil e fundamental da rede municipal de Manaus.

O empréstimo tem prazo para pagamento de 25 (vinte e cinco) anos, com período de carência de 5 (cinco) anos e taxa de juros baseada na LIBOR. Em contrapartida o Município de Manaus se compromete a fornecer para a completa e ininterrupta execução do Projeto, o estimado em quantia equivalente a US\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de Dólares), ficando o custo total do Projeto estimado em quantia equivalente a US\$ 104.000.000,00 (cento e quatro milhões de Dólares).

UNIDADE GESTORA DO PROJETO

A Unidade Gestora do Programa – UGP/PROEMEM é o órgão executor do Projeto e está vinculada à Secretaria Municipal de Educação – SEMED e foi instituída através da Lei nº 2.230 de 04 de julho de 2017, sendo composta por



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

uma equipe de 14 (quatorze) pessoas, abaixo segue a descrição das atividades a serem exercidas por cada cargo, conforme organograma (anexo 10):

Coordenador Executivo: responsável pelo Planejamento Estratégico das ações previstas no Programa, pela Coordenação Geral e Estratégica da UGP além de administrar o relacionamento da UGP com a SEMED, Comissão Municipal de Licitações e o BID.

Coordenadora Operativa: tem a função de apoiar o Coordenador Executivo, supervisionando a execução de todas as atividades previstas no Projeto, bem como elaborando e acompanhando os processos de aquisições e contratações.

Assessora Jurídica do PROEMEM: terá a função de apoiar o Coordenador Executivo, em todos os assuntos jurídicos relacionados às políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Chefe de Administração e Finanças: será responsável pela administração financeira e contábil do Projeto.

O Assessor Técnico da Divisão de Administração e Finanças: será responsável em apoiar o chefe da divisão de administração e finanças na execução financeira e planejamento orçamentário do Projeto.

Chefe da Divisão de Gestão Educacional: será responsável pelas ações dos Componentes 2 e 3 além de realizar a coordenação com as áreas envolvidas da SEMED, apoiando o Coordenador Executivo e supervisionando a execução de todas as atividades previstas nestes componentes.

Assessoria Técnica – Divisão de Gestão Educacional: são responsáveis pelo planejamento e participação nas atividades dos Componentes 2 (dois) e 3 (três), bem como elaboração dos projetos básicos, TDR e relatórios das ações pedagógicas.

Chefe da Divisão de Aquisições: será responsável em realizar a gestão de aquisições e contratos do Projeto.

Assessor Técnico da Divisão de Aquisições: responsável em apoiar o chefe da divisão de aquisições na gestão de aquisições e contratos do Projeto,



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

instrução processual e acompanhamentos dos processos encaminhados a Subcomissão de Verbas Especiais BID/BIRD – CML.

Chefe da Divisão de Execuções – Componente 1 – Obras: será responsável pelo acompanhamento e supervisão das obras.

Assessor Técnico da Divisão de execuções do Componente 1 – Obras: será responsável pelo levantamento dos mobiliários e equipamentos necessários para os CIME's, bem como pelo acompanhamento das obras.

2. Principais Políticas Contábeis

• Base de Contabilidade

As demonstrações financeiras são elaboradas sobre os preceitos definidos na Lei nº 4.320/64, registrando os ingressos de recursos quando efetivamente recebidos (Regime de Caixa) e reconhecendo os gastos de acordo com sua competência (Regime de Competência). Essa prática contábil difere dos princípios de Contabilidade geralmente aceitos pelas Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público – NICSP, segundo os quais as transações devem ser registradas na medida em que ocorrem (competência) e não quando são pagas. No entanto, as NICSP foram aplicadas a essas circunstâncias, tal como previsto no capítulo “IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa”.

A operacionalização se dá por meio do uso do Sistema de Administração Financeira Integrada Municipal – AFIM, fornecido pelo Governo do Estado.

• Unidade Monetária

Os demonstrativos financeiros do programa foram elaborados em dólares dos Estados Unidos. Para o cálculo da equivalência dos dólares americanos, dos recursos recebidos, depositados em moeda nacional na conta específica do Banco comercial, utiliza-se a taxa de câmbio da internacionalização dos recursos. E para determinar a equivalência de uma despesa paga total ou parcialmente com recursos do Banco, é aplicada à totalidade da despesa, a mesma taxa de câmbio utilizada na internacionalização dos recursos. Esse



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

procedimento adotado com relação aos recursos, não enseja ganho ou perda por variação cambial.

Os recursos de contrapartida serão convertidos para dólares pela taxa de câmbio do dia anterior ao da apresentação do pedido de desembolso e os recursos provenientes de rendimentos serão convertidos pela taxa de câmbio do último dia útil do exercício.

3. Fundos Disponíveis

Os fundos disponíveis em 31 de dezembro de 2019 estão depositados na conta bancária nº 95-0 PM Manaus mantida na Caixa Econômica Federal os quais incluem juros no montante de US\$ 265.707,94, sendo todos convertidos em 31/12/2019, último dia útil do mês de dezembro, não sendo registrados ganhos ou perdas por diferença cambial.

| | | |
|------------------------|--------------|--------------|
| | US\$ | |
| | 2019 | 2018 |
| Conta Bancária nº 95-0 | 3.614.640,07 | 4.797.665,82 |

4. Adiantamentos Pendentes de Justificação

Em 31 de dezembro de 2019 havia um total de US\$ 2.948.358,24 de pagamentos pendente de justificativa ao BID.

5. Adiantamentos e justificativas

| | |
|---|--------------|
| | US\$ |
| Fundo Rotativo | 6.566.921,54 |
| (-) Justificativas pendentes de registro no sistema BID | 0,00 |
| (-) Gasto pendente de justificação ao BID | 2.948.358,24 |
| (=) Recursos a aplicar | 3.618.563,30 |

6. Fundo Rotativo



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

De acordo com o contrato de empréstimo nº BID 3397 – OC/BR estabeleceu-se um fundo rotativo que supra as necessidades de liquidez do projeto, não devendo ser superior ao previsto para período superior a seis meses após a solicitação. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do fundo rotativo era de US\$ 6.566.921,54.

| | | | |
|---|-----------------|-----------------------|-----------------------------------|
| I - SALDO DISPONÍVEL DO FUNDO ROTATIVO OU ADIANTAMENTOS (2) (Na moeda da Operação) | | | US\$ 3.880.348,01 |
| Informações Bancárias | Montante | Taxa de Câmbio | Valor na Moeda da Operação |
| Saldo Disponível em Conta na Moeda da Operação em: 31/12/2019 Banco: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL N° da Conta: 95-0 N° da solicitação: 8 | 15.163.415,10 | 4,19500 | US\$ 3.614.640,07 |
| Saldo de rendimento de aplicação financeira em: 31/12/2019 | 1.070.829,55 | 4,03010 | 265.707,94 |
| II - GASTOS OU PAGAMENTOS PENDENTES DE APRESENTAÇÃO AO BID /3 | | | US\$ 6.865.654,99 |
| Gastos ou Pagamentos Pendentes de Apresentação ao Banco incluídos nesta Solicitação | | | 3.917.296,75 |
| Gastos ou Pagamentos Pendentes de Apresentação ao Banco não incluídos nesta Solicitação, conforme registros contábeis do projeto | | | 2.948.358,24 |
| III - TOTAL DO FUNDO ROTATIVO OU ADIANTAMENTOS PENDENTES DE APRESENTAÇÃO AO BID (I+II) | | | US\$ 10.746.003,00 |
| IV - SALDO DO FUNDO ROTATIVO OU ADIANTAMENTOS SEGUNDO A CONTABILIDADE DO BID (LMS 1) | | | US\$ 6.566.921,54 |
| Porcentagem Justificada ao Banco | | | 59,65% |
| V - DIFERENÇAS (IV - III) /4 | | | US\$ -4.179.081,46 |
| VI - IDENTIFICAÇÃO DAS DIFERENÇAS /4 | | | US\$ 4.179.081,46 |
| Descrição | Montante | Taxa de Câmbio | Valor na Moeda da Operação |
| Diferença decorrente de variação cambial | 0,00 | 0,00000 | 0,00 |
| Diferença decorrente de rendimentos de aplicação financeira | 1.070.829,55 | 4,03010 | 265.707,94 |
| Diferença decorrente de outros movimentos em conta | -16.457,93 | 4,19500 | -3.923,23 |

Foi apurada uma diferença de US\$ 265.707,94 referente aos rendimentos depositados em conta corrente e uma segunda diferença no valor de US\$ 3.913,26 referente a pagamentos de tributos municipais realizados em duplicidade por esta Unidade Gestora. Já foi solicitado a devolução dos respectivos pagamentos e serão contabilizados como crédito na conta assim que devidamente processados pelo órgão competente. Ainda, uma diferença por arredondamento no valor de US\$ 9,97.

| | |
|---|-------------------|
| DIFERENÇA APURADA | 3.923,23 |
| Pagamentos de Tributos Municipais em duplicidade | - 3.913,26 |
| DIFERENÇA POR ARREDONDAMENTO | 9,97 |

7. Fundos de Contrapartida Nacional

Considerando o valor do Programa no total de US\$ 104.000.000,00 o projeto prevê um financiamento de US\$ 52.000.000,00 pelo Banco e a contrapartida local no valor de US\$ 52.000.000,00.



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

As despesas de contrapartida local já estão sendo executadas, totalizando US\$ 5.801.269,02 na data de encerramento do exercício, não havendo recursos depositados em fundo específico. Tais despesas encontram-se parcialmente reconhecidas pelo Banco.

8. Aquisição de Bens e Serviços

Até a data de 31/12/2019 todos os bens adquiridos com recursos do projeto haviam sido inventariados e registrados no sistema da Prefeitura Municipal de Manaus conforme relação anexa estas Notas Explicativas.

Todos os ativos fixos adquiridos por esta Unidade Gestora foram realizados até o final do exercício anterior.

9. Categorias de Investimento

Os montantes investidos e apresentados no Demonstrativo de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 2019 são:

| Componente / Subcomponente | BID | LOCAL | TOTAL |
|--|----------------------|---------------------|----------------------|
| COMPONENTE 1 - EXPANSÃO DA COBERTURA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL | 9.880.585,17 | 1.423.150,67 | 11.303.735,84 |
| COMPONENTE 2 - MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO | 1.528.531,53 | 668.565,60 | 2.197.097,13 |
| COMPONENTE 3 - GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO | 855.787,74 | 3.709.552,75 | 4.565.340,49 |
| COMPONENTE 4 - ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO | 183.756,33 | 0 | 183.756,33 |
| TOTAL | 12.448.660,77 | 5.801.269,02 | 18.249.929,79 |

10. Desembolsos Efetuados

Até 31 de dezembro de 2019, o montante dos valores desembolsados pelo BID, em favor do Programa, foi de US\$ 16.067.224,07 distribuídos em 08



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

desembolsos, registrados no campo Recursos Recebidos – BID do Demonstrativo de Fluxo de Caixa.

11. Conciliação entre a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados

| DESCRIÇÃO | BID | LOCAL | TOTAL |
|--|-----------------|----------------|-----------------|
| Demonstração de Fluxos de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos) | 12.448.660,77 | 5.801.269,02 | 18.249.929,79 |
| Demonstrativo de Investimentos | (12.448.660,77) | (5.801.269,02) | (18.249.929,79) |
| Diferença | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

12. Conciliação de Registros do Programa com os Registros do BID por Categoria de Investimento

| Componente / Subcomponente | Demonstração de Investimentos | LMS-1 | Diferença |
|--|-------------------------------|---------------------|---------------------|
| EXPANSÃO DA COBERTURA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL | 9.880.585,17 | 7.742.097,95 | 2.138.487,22 |
| MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO | 1.528.531,53 | 1.092.334,84 | 436.196,69 |
| GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO | 855.787,74 | 491.312,72 | 364.475,02 |
| ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO | 183.756,33 | 174.557,02 | 9.199,31 |
| TOTAL | 12.448.660,77 | 9.500.302,53 | 2.948.358,24 |

Foi apurada a diferença de US\$ 2.948.358,24 entre os registros do demonstrativo de investimentos acumulados e o sistema LMS-1 do BID. Tal diferença refere-se a gastos efetuados pendentes de justificativa ao Banco devidamente demonstrados em relatório anexo a estas demonstrações.



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

13. Conciliação do Passivo a Favor do BID

Conforme demonstrativo não existe diferença na conciliação do passivo.

| | |
|--|---------------------|
| 1. Passivo a Favor do BID | 6.067.224,07 |
| 1.1 Valores Justificados e Desembolsados | 9.500.302,53 |
| 1.2 Saldo em conta bancária a aplicar | 3.618.563,30 |
| 1.3 Fundos Utilizados Pendentes de Justificação ao BID | 2.948.358,24 |
| 2. Saldo Disponível do Empréstimo Segundo LMS-1 | 35.932.775,93 |
| 3. Subtotal (1+2) | 52.000.000,00 |
| 4. Contrato de empréstimo: Aprovado Original | 52.000.000,00 |
| 5. Diferença (3 – 4) | 0,00 |

14. Contingências

Na defesa dos direitos contra a administração do Programa até data base da elaboração destas demonstrações financeiras não há evidências de demandas judiciais ou extrajudiciais ou ainda de recursos contingenciados em função de cortes orçamentários ou retenções de faturas de fornecedores.

15. Ajustes de Períodos Anteriores

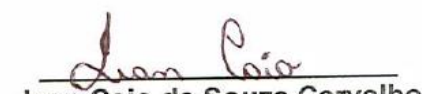
Até a presente data não ocorreram ajustes referentes a períodos anteriores.

16. Eventos Subsequentes

Não constam eventos subsequentes a data base deste relatório que possam modificar as informações e resultados nele demonstrados

Manaus, 31 de dezembro de 2019.



Adriano Santos Monteiro
Coordenador Executivo
PROEMEM


Jean Caio de Souza Carvalho
Assessor Técnico PROEMEM



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

3.7.7 SERVIÇOS MEDIDOS SEM COBERTURA CONTRATUAL (SALDOS NEGATIVOS)
– CMEI DISTRITO INDUSTRIAL II – LIXEIRA

| <div></div> <div>Estado do Amazonas</div> <div>TRIBUNAL DE CONTAS</div> <div>Secretaria-Geral de Controle Externo</div> | | | | | | | | | |
|--|--|---------------------|--------|--------------|-------------|----------------------|-------------|------------------|--------------|
| COMREX | | | | | | | | | |
| PLANILHA DE MEDIÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS - SALDO CONTRATUAL NEGATIVO | | | | | | | | | |
| OBRA: | CIMEI DISTRITO INDUSTRIAL II | | | | | | | | |
| LIXEIRA | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | VALORES CONTRATADOS | | | | ACUMULADO NO PERÍODO | | SALDO CONTRATUAL | |
| | | UND | QUANT. | P. UNIT. R\$ | VALOR R\$ | QUANT. | VALOR R\$ | QUANT. | VALOR R\$ |
| 001. | SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | R\$346,63 | | R\$593,37 | | -R\$246,74 |
| 1.1 | LOCAÇÃO DA OBRA, COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS, INCLUSIVE NIVELADOR | m2 | 11,52 | R\$30,09 | R\$346,63 | 19,72 | R\$593,37 | -8,20 | -R\$246,74 |
| 003. | INFRAESTRUTURA | | | | R\$980,98 | | R\$2.630,47 | | -R\$1.649,49 |
| 3.3 | ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015 | kg | 143,00 | R\$6,86 | R\$980,98 | 383,45 | R\$2.630,47 | -240,45 | -R\$1.649,49 |
| 004. | SUPRAESTRUTURA | | | | R\$1.348,91 | | R\$4.079,69 | | -R\$2.730,78 |
| 4.1 | FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, E = 18 MM. AF_12/2015 | m2 | 4,08 | R\$124,91 | R\$509,63 | 13,27 | R\$1.657,56 | -9,19 | -R\$1.147,93 |
| 4.5 | ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015 | kg | 104,00 | R\$8,07 | R\$839,28 | 300,14 | R\$2.422,13 | -196,14 | -R\$1.582,85 |
| SALDO CONTRATUAL (R\$) | | | | | | | | | -R\$4.627,01 |
| SALDO CONTRATUAL (R\$) C/ BDI de 28,24% | | | | | | | | | -R\$5.933,67 |



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

3.7.8 SERVIÇOS NÃO IDENTIFICADOS *IN LOCO* NA QUANTIDADE MEDIDA - CMEI E EMEF - DISTRITO INDUSTRIAL II

| Estado do Amazonas | | | | | |
|---|---|---------------------|--------------|---|------------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | | | | | |
| Secretaria-Geral de Controle Externo | | | | | |
| COMREX | | | | | |
| SERVIÇOS (QUANTITATIVOS) NÃO IDENTIFICADOS (12A MEDIÇÃO CMEI) | | | | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | VALORES CONTRATADOS | | QUANTIDADES E VALORES NÃO IDENTIFICADOS | |
| | | UND | P. UNIT. R\$ | QUANT. | VALOR R\$ |
| 4.0 | SUPRAESTRUTURA | | | | |
| 4.1 | FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, E = 18 MM. AF_12/2015 | m2 | 124,91 | 250,21 | 31.253,73 |
| 4.3 | FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA LAJES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, E = 18 MM. AF_12/2015 | m2 | 55,30 | 311,63 | 17.233,14 |
| 4.13 | CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK = 35MPA, INCLUINDO BOMBEAMENTO E ADENSAMENTO | m3 | 492,44 | 117,59 | 57.906,02 |
| 4.15 | DESMONTAGEM DE FÔRMA DE MADEIRA PARA PILARES/VIGAS/LAJES | m2 | 5,95 | 409,78 | 2.438,19 |
| 10.0 | ESQUADRIAS | | | | |
| 10.2 | PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015 | m2 | 546,53 | 9,06 | 4.951,56 |
| VALOR | | | | R\$ | 113.782,64 |
| VALOR C/BDI 28,24%: | | | | R\$ | 145.914,86 |

| Estado do Amazonas | | | | | |
|---|---|-----|--------------|----------------------|------------|
| TRIBUNAL DE CONTAS | | | | | |
| Secretaria-Geral de Controle Externo | | | | | |
| COMREX | | | | | |
| SERVIÇOS (QUANTITATIVOS) NÃO IDENTIFICADOS (12A MEDIÇÃO EMEF) | | | | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | UND | P. UNIT. R\$ | ACUMULADO NO PERÍODO | VALOR R\$ |
| | | | | QUANT. | |
| 3.0 | INFRAESTRUTURA | | | | |
| 3.3 | FORMA DE TABUA PARA CONCRETO C/ REAPROVEITAMENTO 5X, INCLUSO DESMONTAGEM | m2 | 36,15 | 625,10 | 22.597,37 |
| 4.0 | SUPRAESTRUTURA | | | | |
| 4.1 | FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, E = 18 MM. AF_12/2015 | m2 | 124,91 | 107,04 | 13.370,37 |
| 4.2 | FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA VIGAS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, E = 18 MM. AF_12/2015 | m2 | 99,02 | 424,71 | 42.054,78 |
| 4.3 | FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA LAJES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, E = 18 MM. AF_12/2015 | m2 | 55,30 | 335,62 | 18.559,79 |
| 4.13 | CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK = 35MPA, INCLUINDO BOMBEAMENTO E ADENSAMENTO | m3 | 492,44 | 243,29 | 119.805,73 |
| 4.15 | DESMONTAGEM DE FÔRMA DE MADEIRA PARA PILARES/VIGAS/LAJES | m2 | 5,95 | 944,11 | 5.617,45 |
| VALOR (R\$) | | | | R\$ | 222.005,48 |
| VALOR C/BDI 28,24%: | | | | R\$ | 284.699,83 |
| VALOR TOTAL DE SERVIÇOS NÃO IDENTIFICADOS (CEMEI + EMEF) | | | | R\$ | 335.788,13 |
| VALOR TOTAL DE SERVIÇOS NÃO IDENTIFICADOS C/BDI 28,24%: (CEMEI + EMEF) | | | | R\$ | 430.614,69 |



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Comissão de Recursos Externos

**3.7.9 SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE OBRA MEDIDOS EM DESCOMPASSO
COM A EXECUÇÃO DA OBRA – CIME LAGOA AZUL, GILBERTO MESTRINHO E
JORGE TEIXEIRA**

| Estado do Amazonas TRIBUNAL DE CONTAS <i>Secretaria-Geral de Controle Externo</i> COMREX MEDIÇÃO DE OBRA X ADMINISTRAÇÃO | | | | | | | | | |
|--|----------------|--------------|----------|-------------------------|--------------|----------|------------------------|--------------|----------|
| | CIME LAGO AZUL | | | CIME GILBERTO MESTRINHO | | | CIME IV JORGE TEIXEIRA | | |
| | Contratado | Medido (R\$) | Medido % | Contratado | Medido (R\$) | Medido % | Contratado | Medido (R\$) | Medido % |
| Valor Total contratado | 14.841.628,74 | 6.432.326,16 | | 14.979.794,09 | 3.445.889,12 | | 14.076.094,14 | 5.641.602,10 | |
| Valor da Obra | 14.038.732,68 | 5.978.404,76 | 42,59% | 14.102.992,28 | 2.968.710,07 | 21,05% | 13.267.759,41 | 4.966.946,03 | 42,52% |
| Valor da Administração da obra | 802.896,06 | 453.921,40 | 56,54% | 876.801,81 | 477.179,05 | 54,42% | 808.334,73 | 674.656,07 | 83,46% |
| Valor medido em descompasso | | 112.007,52 | 13,95% | | 292.610,39 | 33,37% | | 330.942,96 | 40,94% |
| Valor total medido em descompasso | 735.560,86 | | | | | | | | |